



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## Relatório INSP-2020-0098

BI-2020-0030

### 1 – Dados gerais

#### 1.1 - Inspeção

**Data:** 17/07/2020

**Hora:** 14:00

**Tipo:** Ação Direta

**Motivo da inspeção:** Rotina

**Inspetor responsável:** João PRFB. Silva

**Outros inspetores da IRA:** António MR. Moutinho

#### Descrição da inspeção:

A inspeção foi realizada sem aviso prévio, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 80.º do anexo I do Decreto Regulamentar Regional n.º 11/2013/A, de 2 de agosto.

Fomos acompanhados no local pelo Sr. José Alberto Monteagudo Garcia (Diretor da fábrica).

*A inspeção consiste numa verificação aleatória, num determinado momento, do cumprimento dos requisitos de uma instalação em determinados aspetos da legislação ambiental. A falta de identificação de situações irregulares não significa que o operador esteja em plena conformidade com a toda legislação ambiental aplicável.*

#### 1.2 – Empresa/entidade inspecionada

**Firma/nome:** PESCATUM - Conservas e Pesca, S.A.

**NIPC/NIF:** 512042314

**Sede/morada:** Parque Industrial da Ilha Terceira, Lote 1-A

**Código Postal:** 9760-106

**Freguesia:** Cabo da Praia

**Concelho:** Praia da Vitória

**Ilha:** Ilha Terceira

#### 1.3 – Estabelecimento/local inspecionado

**Nome:** Pescatum - Unidade Fabril

**Endereço:** Parque Industrial da Ilha Terceira, Lote 1-A

**Código Postal:** 9760-106

**Freguesia:** Cabo da Praia

**Concelho:** Praia da Vitória

**Ilha:** Ilha Terceira

**Atividade principal:** 10203 - Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos

**Outras atividades:** 10201-Preparação de produtos da pesca e da aquicultura.

**Período de funcionamento:** 8:30 às 17:30

**Licenciamento da atividade:** Licença de Laboração Classe "A"



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

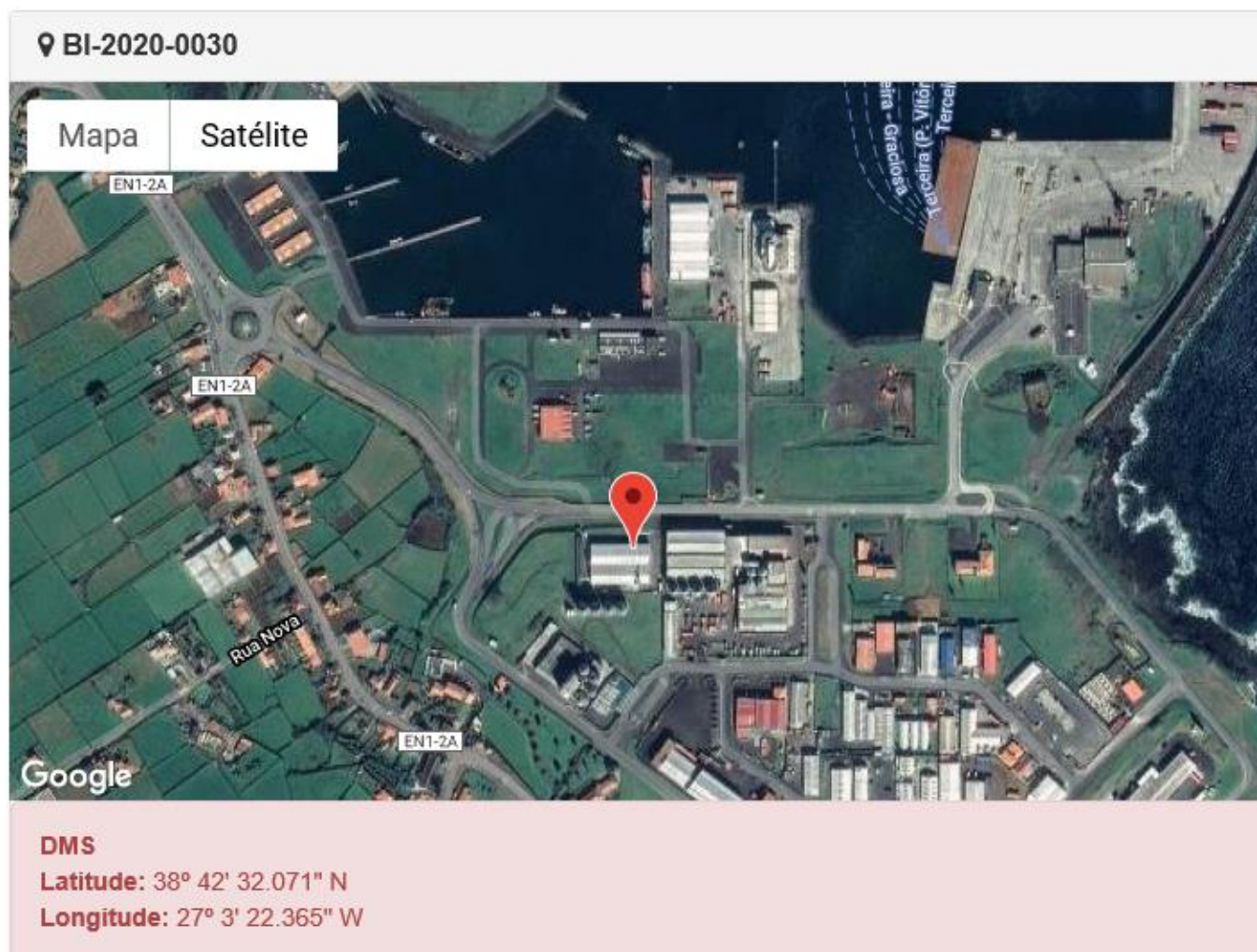


Figura 1.1: Localização do estabelecimento inspecionado.

## 2 – Descrição do estabelecimento / atividade

A unidade industrial, com 47 trabalhadores, tem como atividade o processamento de atum, que é recebido congelado.

O atum é cozido em seis tinas, passando em seguida para uma linha, onde é limpo de forma a ficarem peças inteiras de lombos, é embalado em vácuo e ultracongelado. Estas embalagens são depois acondicionadas em caixas de cartão e conservadas no frio, até à exportação.

Toda a produção da unidade tem como único destino a Fábrica PESCAMAR (Alfonso Garcia López SA) em Poio – Pontevedra, Espanha.



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

### 3 – Água de consumo

#### 3.1 – Consumo de água no estabelecimento

A água utilizada no estabelecimento é proveniente de:

- ☒ Rede pública      ☐ Captação própria em DPH      ☐ Captação própria em RH particulares

#### 3.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao consumo de água

Relativamente às captações próprias verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                    | Verificado    | Evidências / Justificação |
|--|-------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Licenciamento prévio da utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público.                          | art. 60.º Lei 58/2005         | Não aplicável |                           |
| b) Autorização prévia da utilização de recursos hídricos particulares.   | n.º 1 art. 62.º Lei 58/2005   | Não aplicável |                           |
| c) Comunicação prévia da captação de águas particulares quando os meios de extração não excedam os 5 cv.           | n.º 4 art. 62.º Lei 58/2005   | Não aplicável |                           |
| d) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença / autorização. | n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável |                           |
| e) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença / autorização.                         | n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007 | Não aplicável |                           |
| f) Outras condições impostas pela licença ou autorização   | TURH                          | Não aplicável |                           |

### 4 – Águas residuais

#### 4.1 – Produção, tratamento e rejeição de águas residuais

São produzidas águas residuais das tipologias assinaladas no quadro seguinte.

| Tipologia de águas residuais  | Origem                          | Sistema de tratamento | Meio recetor |
|---|---------------------------------|-----------------------|--------------|
| <input type="checkbox"/> Urbanas  |                                 |                       |              |
| <input checked="" type="checkbox"/> Industriais biodegradáveis abrangidas pelo art.º 28.º DLR 18/2009/A | Laboração da unidade industrial | Sem tratamento.       | Outro        |
| <input type="checkbox"/> Outro tipo de águas residuais industriais                                      |                                 |                       |              |

#### Lamas de depuração resultantes do tratamento de águas residuais

- ☒ Não produz lamas de depuração
- ☐ Produz lamas de depuração, as quais têm o seguinte encaminhamento:
- ☐ Operador de gestão de resíduos;
  - ☐ Valorização agrícola;
  - ☐ Outro;



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 4.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis ao tratamento e rejeição de águas residuais

Relativamente ao tratamento e rejeição de águas residuais verificou-se o seguinte:

| Requisito   | Enq. legal                                      | Verificado    | Evidências / Justificação  |
|---|---|---------------|--|
| a) Autorização da descarga de águas residuais industriais nos sistemas públicos de drenagem.  | art. 14.º DLR 18/2009/A                         | Cumprido      | Descarga em estação elevatória pertencente à entidade gestora do Parque Industrial (AGESPI). Declaração anexa ao processo. |
| b) Licenciamento prévio da rejeição no domínio público ou particular dos recursos hídricos.   | n.º 1, art. 60.º e n.º 2, art. 62.º Lei 58/2005 | Não aplicável |  |
| c) Instalação de sistema de autocontrolo ou programas de monitorização, conforme exigido na licença.  | n.º 1, art. 5.º DL 226-A/2007                   | Não aplicável |  |
| d) Comunicação de dados à entidade licenciadora conforme exigido na licença.  | n.º 2, art. 5.º DL 226-A/2007                   | Não aplicável |  |
| e) Comunicação, no prazo de 24 horas, de qualquer acidente ou anomalia grave no funcionamento da instalação com influência nas condições de rejeição. | n.º 6, art. 5.º DL 226-A/2007                   | Não aplicável |  |
| f) Cumprimento de outros requisitos constantes da licença.  | TURH  | Não aplicável |  |
| g) Encaminhamento das lamas de depuração para destino adequado ou autorizado.   | Art. 43.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |  |
| h) Realização de análises às lamas encaminhadas para valorização agrícola.  | Art. 48.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |  |
| i) Comunicação semestral de informação em matéria de produção de lamas.   | Art. 53.º DLR 18/2009/A                         | Não aplicável |  |

## 5 – Resíduos

#### 5.1 – Resíduos produzidos no estabelecimento

No quadro seguinte indicam-se os tipos de resíduos produzidos no estabelecimento bem como o encaminhamento adotado na respetiva gestão.

| Tipologia de resíduos produzidos                                   | Origem (operação/atividade)   | Encaminhamento                 | Obs.                    |
|--|---|--------------------------------|-------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Resíduos perigosos não urbanos | <ul style="list-style-type: none"><li>Cinzas volantes das caldeiras</li><li>Absorventes contaminados das operações de manutenção.</li></ul> | Operador de gestão de resíduos | Não declarados no SRIR. |
| <input checked="" type="checkbox"/> Outros resíduos não urbanos    | <ul style="list-style-type: none"><li>Áreas sociais e outros.</li></ul>   | Operador de gestão de resíduos |                         |
| <input type="checkbox"/> Resíduos hospitalares                     |   |                                |                         |
| <input type="checkbox"/> Resíduos urbanos                          |   |                                |                         |

#### 5.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à produção e gestão de resíduos

Relativamente à produção e gestão de resíduos no estabelecimento verificou-se o seguinte:



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito   | Enq. legal                          | Verificado            | Evidências / Justificação  |
|---|-------------------------------------|-----------------------|--|
| a) Separação dos resíduos na origem de forma a promover a sua valorização por fluxos e fileiras.  | n.º 5, art. 11.º DLR<br>29/2011/A   | Cumprido              |  |
| b) Cumprimento do dever de assegurar a gestão dos resíduos por parte do produtor ou detentor.   | Art. 12.º DLR<br>29/2011/A          | Cumprido              |  |
| c) Licenciamento ou concessão para realizar operações de gestão de resíduos.  | n.º 3, art. 15.º DLR<br>29/2011/A   | Não aplicável         |  |
| d) Cumprimento das normas de armazenagem e de triagem de resíduos, quer no local de produção, quer em instalações de operação e gestão.   | Art. 33.º DLR<br>29/2011/A          | Cumprido              |  |
| e) Cumprimento das normas das instalações de operações de gestão de resíduos.   | Art. 36.º DLR<br>29/2011/A          | Não aplicável         |  |
| f) Elaboração, aprovação e disponibilização do plano interno de prevenção e gestão de resíduos.   | Art. 38.º e 39.º DLR<br>29/2011/A   | Não cumprido          | Não tem plano de prevenção e gestão de resíduos. A unidade industrial tem 47 trabalhadores, produz resíduos não urbanos e produz resíduos perigosos não urbanos. |
| g) Cumprimento das normas de gestão de resíduos perigosos.  | Art. 40.º a 44.º DLR<br>29/2011/A   | Cumprido              |  |
| h) Cumprimento das normas de gestão de resíduos hospitalares.   | Art. 45.º a 47.º DLR<br>29/2011/A   | Não aplicável         |  |
| i) Cumprimento das normas de gestão de resíduos de construção e demolição.  | Art. 48.º a 53.º DLR<br>29/2011/A   | Não aplicável         |  |
| j) Cumprimento das normas sobre transporte rodoviário de resíduos.  | Art. 59.º e 60.º DLR<br>29/2011/A   | Cumprido parcialmente |  |
| k) Inscrição do estabelecimento no SRIR.  | Art. 161.º DLR<br>29/2011/A         | Cumprido              |  |
| m) Preenchimento dos mapas de registo no SRIR.  | Art. 167.º e 168.º DLR<br>29/2011/A | Não cumprido          | Não há qualquer registo de preenchimento de mapas nos últimos 3 anos.  |
| n) Adesão a um sistema de gestão integrado ou autorizado um sistema de gestão individual, relativamente a embalagens e resíduos de embalagem.   | Art. 182.º e 183.º DLR<br>29/2011/A | Não aplicável         |  |
| o) Disponibilizada informação ao público nos locais de venda, sobre os métodos adotados para recolha dos resíduos de pneus, óleos minerais, veículos, EEE, pilhas e acumuladores e óleos alimentares. | Art. 19.º DLR<br>24/2012/A          | Não aplicável         |  |
| p) Cumprimento das normas de gestão, armazenagem, reutilização e valorização de pneus usados.   | Art. 24.º a 26.º DLR<br>24/2012/A   | Não aplicável         |  |
| q) Cumprimento das normas de gestão, recolha, armazenagem, reciclagem e valorização de óleos minerais usados.   | Art. 28.º a 35.º DLR<br>24/2012/A   | Cumprido              |  |
| r) Cumprimento das normas de transporte, receção e desmantelamento de veículos em fim de vida.  | Art. 38.º a 43.º DLR<br>24/2012/A   | Não aplicável         |  |
| s) Cumprimento das normas de recolha, transporte e tratamento de REEE.  | DL 67/2014                          | Não aplicável         |  |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito   | Enq. legal                           | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|--------------------------------------|---------------|---------------------------|
| t) Cumprimento das normas de gestão e encaminhamento de óleos alimentares usados. | Art. 53.º, 57.º e 58.º DLR 24/2012/A | Não aplicável |                           |

## 6 – Substâncias perigosas

### 6.1 – Substâncias perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento

Foram identificadas as seguintes substâncias e misturas perigosas utilizadas ou armazenadas no estabelecimento:

| Papel na cadeia de abastecimento <sup>a)</sup> | Substâncias                              |
|--|--|
| DU - Utilizador final                          | Nafta (2 reservatórios de 10.000 litros) |
| DU - Utilizador final                          | Soda cáustica (3 cubas de 1.000 litros)  |

<sup>a)</sup> DU – Utilizador a jusante.

### 6.2 – Verificação dos requisitos legais aplicáveis à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas

Relativamente à utilização ou armazenamento de substâncias perigosas verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                  | Verificado     | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------------|----------------|---------------------------|
| a) Registo das substâncias na Agência Europeia dos Produtos Químicos (ECHA).   | Art. 5.º REACH              | Não aplicável  |                           |
| b) Realização de uma avaliação de segurança química e elaboração do respetivo relatório, para substâncias fabricadas ou importadas em quantidades superiores a 10 t/ano.           | Art. 14.º REACH             | Não aplicável  |                           |
| c) Rotulagem das substâncias e misturas contidas em embalagem.   | Art. 17.º Reg. CE 1272/2008 | Não aplicável  |                           |
| c) Cumprimento do dever de reunir e manter disponível a informação durante, pelo menos, 10 anos.   | Art. 36.º REACH             | Não verificado |                           |
| d) Fornecimento de ficha de dados de segurança redigida em língua portuguesa e elaborada em conformidade com o anexo II do REACH.  | Art. 8º DL 293/2009         | Não aplicável  |                           |
| e) Atualização da ficha de dados de segurança e distribuição da mesma a todos os anteriores destinatários a quem tenha sido fornecida a substância nos 12 meses antecedentes.      | n.º 9, art. 31.º REACH      | Não aplicável  |                           |
| f) Elaboração de um relatório de segurança química por parte do utilizador a jusante quando a utilização não se enquadre nas condições descritas num cenário de exposição.         | n.º 4 art. 37.º REACH       | Não aplicável  |                           |
| g) Identificação e aplicação, por parte do utilizador a jusante, das medidas apropriadas para o controlo adequado dos riscos, com base na informação que lhe tenha sido fornecida. | n.º 5 art. 37.º REACH       | Cumprido       |                           |

REACH: Regulamento CE n.º 1907/2006, de 18 de dezembro.





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 7 – Qualidade do ar e proteção da atmosfera

### 7.1 – Emissão de poluentes para a atmosfera

#### 7.1.1 – Fontes de emissão de poluentes para a atmosfera

Foram identificadas no estabelecimento as fontes de emissão de poluentes para a atmosfera constantes do quadro seguinte.

| Fonte poluente | Tipo    | Setor                | Medidas de mitigação / tratamento |
|----------------|---------|----------------------|-----------------------------------|
| Caldeira 1     | Pontual | Atividade industrial |                                   |
| Caldeira 2     | Pontual | Atividade industrial |                                   |

#### 7.1.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera

Relativamente à emissão de poluentes para a atmosfera verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                     | Verificado     | Evidências / Justificação   |
|--|--------------------------------|----------------|---|
| a) Adoção de medidas especiais para minimização das emissões difusas.  | Art. 44.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável  |   |
| b) Dimensionamento, exploração e manutenção adequados de equipamentos de tratamento de efluentes gasosos.  | Art. 45.º DLR 32/2012/A        | Não verificado |   |
| c) Cumprimento do dever de monitorização pontual das emissões.   | Art. 53.º DLR 32/2012/A        | Não cumprido   | A última comunicação de monitorização das emissões atmosféricas é de maio de 2008, segundo informação da DRA. Estava prevista monitorização para março mas, devido às restrições relacionadas com a pandemia, foi reagendada para setembro/outubro. |
| d) Cumprimentos do dever de monitorização em contínuo das emissões.  | Art. 54.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável  |   |
| e) Comunicação dos resultados da monitorização à autoridade ambiental nos prazos e contendo a informação aplicáveis.   | Art. 57.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável  |   |
| f) Cumprimento dos valores limite de emissão aplicáveis.   | Art. 58.º e 59.º DLR 32/2012/A | Não aplicável  |   |
| g) Adoção de medidas de ação no caso de incumprimentos de valores limite de emissão.   | Art. 60.º DLR 32/2012/A        | Não aplicável  |   |
| h) Descarga dos poluentes na atmosfera através de chaminé de altura e demais características construtivas adequadas, para permitir uma boa dispersão dos poluentes bem como a realização das amostragens de monitorização. | Art. 63.º a 66.º DLR 32/2012/A | Não verificado |   |
| i) Manutenção de um registo atualizado do número de horas de funcionamento e consumo de combustível para as instalações dispensadas de monitorização.  | n.º 4 art. 55.º DLR 32/2012/A  | Não aplicável  |   |

### 7.2 – Utilização de gases fluorados

#### 7.2.1 – Equipamentos com gases fluorados

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos contendo gases fluorados com efeito de estufa:



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| TECO <sub>2</sub> *          | Número de equipamentos | Tipos de gases fluorados |
|------------------------------|------------------------|--------------------------|
| TECO <sub>2</sub> < 5        | ---                    | ---                      |
| 5 ≤ TECO <sub>2</sub> < 50   | ---                    | ---                      |
| 50 ≤ TECO <sub>2</sub> < 500 | ---                    | ---                      |
| TECO <sub>2</sub> ≥ 500      | ---                    | ---                      |

\* TECO<sub>2</sub> – toneladas equivalente de CO<sub>2</sub>

## 7.2.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com gases fluorados

Relativamente a equipamentos com gases fluorados verificou-se o seguinte:

| Requisito  | Enq. legal                | Verificado    | Evidências / Justificação   |
|--|---------------------------|---------------|---|
| a) Verificação para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de gases fluorados.   | art. 4.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável | Central de frio funciona com amoníaco.  |
| b) Instalação de um sistema de deteção de fugas em equipamentos com gases fluorados com efeito de estufa em quantidade superior a 500 toneladas equivalentes de CO <sub>2</sub>  | art. 5.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável |   |
| c) Atividades de deteção de fugas, recuperação, instalação, reparação, manutenção ou assistência técnica e desmantelamento de equipamentos com gases fluorado com efeito de estufa, executadas por pessoas singulares certificadas que pertençam a empresas certificadas (quando aplicável). | Art. 13.º, DL 145/2017    | Não aplicável |   |
| d) Intervenção em sistemas de ar condicionado, instalados em veículos a motor, que contenham gases fluorados com efeitos de estufa, executada por pessoa singular titular de um atestado de formação.  | Art. 18.º, DL 145/2017    | Não aplicável |   |
| e) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.   | Art. 6.º Reg. CE 517/2014 | Não aplicável |   |
| f) Comunicação de dados sobre a utilização de gases fluorados à autoridade ambiental, até 31 de março de cada ano.   | Art. 5.º DL 145/2017      | Não aplicável |   |
| g) Recuperação de gases fluorados dos equipamentos em fim de vida.   | Art. 19.º e 20.º 145/2017 | Cumprido      | Fichas de intervenção, relativas ao desmantelamento dos equipamentos antigos, anexas ao processo. |

## 7.3 – Utilização de solventes orgânicos (COV)

### 7.3.1 – Atividades que utilizam solventes orgânicos

Foram identificadas no estabelecimento as seguintes atividades que utilizam solventes orgânicos em quantidades superiores aos limiares de aplicabilidade estabelecidos no anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013, de 30 de agosto.

| Descrição da atividade | Enquadramento da atividade <sup>a)</sup> | Limiar (t/ano) <sup>a)</sup> | Consumo de solventes (t/ano) |
|------------------------|--|------------------------------|------------------------------|
| ---                    | ---                                      | ---                          | ---                          |

<sup>a)</sup> Parte 2 do anexo VII do Decreto-Lei n.º 127/2013

### 7.3.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente à utilização de solventes orgânicos

Relativamente à utilização de solventes orgânicos verificou-se o seguinte:





SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

| Requisito   | Enq. legal                  | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|-----------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Envio de informação à autoridade ambiental para efeitos do registo nacional de COV.  | n.º 1 art. 96.º DL 127/2013 | Não aplicável |                           |
| b) Substituição das substâncias ou misturas às quais são atribuídas as advertências de perigo H340, H350, H350i, H360D ou H360F, devido ao seu teor de COV classificados como cancerígenos, mutagénicos ou tóxicos para a reprodução, por outras menos nocivas. | Art. 97.º DL 127/2013       | Não aplicável |                           |
| c) Monitorização e cumprimento dos VLE nos efluentes gasosos.   | Art. 99.º DL 127/2013       | Não aplicável |                           |
| d) Envio de informação à autoridade ambiental com periodicidade anual que permita verificar o cumprimento dos VLE e demais requisitos.  | Art. 100.º DL 127/2013      | Não aplicável |                           |

#### 7.4 – Utilização de substâncias que empobrecem a camada de ozono

##### 7.4.1 – Equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono (ODS)

Foram identificados no estabelecimento os seguintes equipamentos com gases prejudiciais para a camada de ozono:

| Carga de gás (kg) | Número de equipamentos | Tipos de gases |
|-------------------|------------------------|----------------|
| Carga < 3         | ---                    | ---            |
| 3 ≤ Carga < 30    | ---                    | ---            |
| 30 ≤ Carga < 300  | ---                    | ---            |
| Carga ≥ 300       | ---                    | ---            |

##### 7.4.2 - Verificação dos requisitos legais relativamente a equipamentos com ODS

Relativamente a equipamentos com ODS verificou-se o seguinte:

| Requisito   | Enq. legal                         | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Controlo para deteção de fugas com a periodicidade aplicável, de acordo com a quantidade de ODS.                                       | n.º 2, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável |                           |
| b) Operações de manutenção, reparação e assistência, incluindo a verificação para deteção de fugas, realizadas por técnicos qualificados. | n.º 2, art. 3.º DL 152/2005        | Não aplicável |                           |
| c) Elaboração e manutenção de um registo dos equipamentos que devam ser verificados para deteção de fugas.                                | n.º 3, art. 23.º Reg. CE 1005/2009 | Não aplicável |                           |
| d) Preenchimento das fichas de registo das intervenções em equipamentos por parte dos técnicos qualificados.                              | Art. 4.º DL 85/2014                | Não aplicável |                           |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 8 – Ruído (atividades ruidosas permanentes)

### 8.1 – Enquadramento do estabelecimento

| Tipo de exposição humana na envolvente | Classificação da zona envolvente | Período de funcionamento do estabelecimento |
|--|----------------------------------|---|
| Zona industrial                        | Não classificada                 | Período diurno - 7h às 21h                  |

### 8.2 – Verificação dos requisitos legais relativamente ao ruído

| Requisito   | Enq. legal                        | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|-----------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de avaliação de impacto ambiental.            | n.º 1 e 7 art. 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável |                           |
| b) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado no âmbito do procedimento de licenciamento / autorização de instalação. | n.º 1 e 8 art. 25.º DLR 23/2010/A | Não aplicável |                           |
| c) Cumprimento dos valores limite e do critério de incomodidade, verificado através de outra avaliação acústica.                                    | n.º 1 art. 25.º DLR 23/2010/A     | Não aplicável |                           |

## 9 – Instalações sujeitas a outros regimes

### 9.1 – Estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental

Requisitos específicos aplicáveis a estabelecimentos abrangidos por licenciamento ambiental:

| Requisito   | Enq. legal                          | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|-------------------------------------|---------------|---------------------------|
| a) Submissão do RAA no prazo definido   |                                     | Não aplicável |                           |
| b) Submissão do PRTR no prazo definido  | Art.º 102.º a 104.º DLR 30/2010/A   | Não aplicável |                           |
| c) Cumprimento de outros requisitos impostos na licença ambiental ou declaração de impacto ambiental  |                                     | Não aplicável |                           |
| d) Obrigação de possuir título de emissão de gases com efeito de estufa (atividades do anexo V)   | Art.º 96.º DLR 30/2010/A            | Não aplicável |                           |
| e) Submissão do relatório relativo às emissões ocorridas no ano civil anterior, dentro do prazo – (instalações com título de emissão de gases com efeito de estufa) | n.º 3 do artigo 100.º DLR 30/2010/A | Não aplicável |                           |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

## 9.2 – Roedores, invasores e comensais

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro:

- Indústrias alimentares, das bebidas, do tabaco

Requisitos:

| Requisito                                   | Enq. legal             | Verificado   | Evidências / Justificação  |
|---|------------------------|--------------|--|
| a) Boas práticas                            | Art. 5.º DLR 31/2010/A | Cumprido     | Empresa de controlo de pragas contratada para efetuar este controlo. Verificou-se a instalação de estações rateiras. |
| b) Planos de controlo integrado de roedores | Art. 6.º DLR 31/2010/A | Não cumprido | Não dispõe de Plano de Controlo Integrado de Roedores conforme a Portaria n.º 32/2015 de 13 de Março de 2015.        |

## 9.3 – Doença do legionário

### 9.3.1 – Equipamentos ou instalações identificados no estabelecimento

Foram identificados equipamentos ou sistemas abrangidos pela Lei n.º 52/2018, de 20 de agosto, que estabelece o regime de prevenção e controlo da doença do legionário, assinalados no quadro seguinte:

| Tipologia de equipamento ou sistema   | Identificado no estabelecimento? | Observações          |
|---|----------------------------------|----------------------|
| a) Equipamentos de transferência de calor associados a sistemas de aquecimento, ventilação e ar condicionado ou a unidades de tratamento do ar, desde que possam gerar aerossóis de água: |                                  |                      |
| i) Torres de arrefecimento  | Não aplicável                    |                      |
| ii) Condensadores evaporativos  | Sim                              | Ref. 1610-PA-PV-CE-1 |
| iii) Sistemas de arrefecimento de água de processo industrial   | Não aplicável                    |                      |
| iv) Sistemas de arrefecimento de cogeração  | Não aplicável                    |                      |
| v) Humidificadores  | Não aplicável                    |                      |
| b) Sistemas inseridos em espaços de acesso e utilização pública que utilizem água para fins terapêuticos ou recreativos e que possam gerar aerossóis de água.                             | Não aplicável                    |                      |
| c) A redes prediais de água, designadamente água quente sanitária.  | Não aplicável                    |                      |
| d) Sistemas de rega ou de arrefecimento por aspersão, fontes ornamentais ou outros geradores de aerossóis de água com temperatura entre 20°C e 45°C.                                      | Não aplicável                    |                      |

### 9.3.2 - Verificação do cumprimento das obrigações de prevenção e controlo da doença do legionário

| Requisito   | Enq. legal   | Verificado    | Evidências / Justificação |
|---|--|---------------|---------------------------|
| a) Registo dos equipamentos mencionados na alínea a) do quadro anterior na plataforma eletrónica da DGS | a), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018                 | Não aplicável |                           |
| b) Elaboração, execução, cumprimento e revisão do plano de prevenção e controlo                         | a), n.º 1, e al. a) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável |                           |
| c) Realização de auditorias aos equipamentos e à adequabilidade do plano                                | c), n.º 1, art. 3.º da Lei 52/2018                 | Não aplicável |                           |
| d) Adoção de procedimento aplicável em situação de risco  | d), n.º 1, e al. b) n.º 2, art. 3.º da Lei 52/2018 | Não aplicável |                           |
| e) Adoção de um programa de manutenção e limpeza  | n.º 3, art. 3.º da Lei 52/2018                     | Não aplicável |                           |



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

#### 9.4 – Responsabilidade ambiental

Enquadramento do estabelecimento no âmbito do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de julho (de acordo com a listagem do anexo III, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 60/2012, de 14 de março):

Não abrangido

Requisitos:

| Requisito  | Enq. legal            | Verificado    | Evidências / Justificação |
|--|-----------------------|---------------|---------------------------|
| a) Constituição de uma garantia financeira que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade desenvolvida. | Art. 22.º DL 147/2008 | Não aplicável |                           |

### 10 – Irregularidades e infrações detetadas

Foram verificadas as seguintes infrações:

1. Não tem plano de prevenção e gestão de resíduos. O incumprimento da obrigação do envio do plano interno de prevenção e gestão de resíduos para aprovação, em violação do disposto nos n.º 2 e 3 do art.º 38.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista pela alínea b) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do art.º 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
2. Não há qualquer registo de preenchimento de mapas nos últimos 3 anos. O não preenchimento dentro do prazo ou o preenchimento incorreto ou incompleto dos mapas de registo de resíduos no SRIR, bem como de outra informação prestada junto do referido sistema, de acordo com o estipulado no capítulo V do título II do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, constitui contraordenação ambiental leve prevista na alínea h) do n.º 1 do artigo 229.º do Decreto Legislativo Regional n.º 29/2011/A, de 16 de novembro, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, alterada e republicada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
3. A última comunicação de monitorização das emissões atmosféricas é de maio de 2008. O incumprimento da obrigação de autocontrolo, em violação do disposto no artigo 53.º do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, constitui contraordenação ambiental leve, prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 93.º, do Decreto Legislativo Regional n.º 32/2012/A, de 13 de julho, punível nos termos do n.º 2 do artigo 22.º, da Lei n.º 50/2006, de 29 de agosto, na redação dada pela Lei n.º 114/2015, de 28 de agosto;
4. Não dispõe de Plano de Controlo Integrado de Roedores nos termos da Portaria n.º 32/2015 de 13 de março de 2015. A não implementação de um plano de controlo de roedores, em violação do disposto no artigo n.º 6 do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, em conjugação com a Portaria n.º



SECRETARIA REGIONAL DA ENERGIA, AMBIENTE E TURISMO  
INSPEÇÃO REGIONAL DO AMBIENTE

---

32/2015, de 13 de março, constitui contraordenação prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, punível nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 31/2010/A, de 17 de novembro, com coima cujos montantes mínimos são de 250 € e 500 € e máximos de 3 750 € e 10 000 €, respetivamente, consoante se trate de pessoa singular ou coletiva.

## 11 – Indicações e medidas adotadas

### Indicações transmitidas:

O responsável foi informado que quando tiver o relatório das emissões atmosféricas disponível deverá remetê-lo à DRA com conhecimento à IRA.

### Medidas adotadas:

- ☒ Envio do relatório à entidade inspecionada, para conhecimento.
- ☐ Arquivamento do processo inspetivo.
- ☒ Notificação para regularização.
- ☐ Levantamento de auto de notícia.
- ☐ Outra: